



Farmacêuticos Mário Borges, um dos idealizadores do Fórum Internacional sobre Segurança de Medicamentos; Maria Arlete Silva Pires, Presidente da Associação Mineira de Farmacêuticos, e Jaldo de Souza Santos, Presidente do Conselho Federal de Farmácia, discursando.

Erros de medicação: novas reflexões sobre o problema

Autoridades e especialistas brasileiros e de fora do País reúnem-se, em Belo Horizonte, para debater e buscar soluções para os erros de medicação.

O assunto erros de medicação voltou a movimentar os debates no setor de saúde, no Brasil. Desta vez, Belo Horizonte foi o centro que atraiu autoridades e estudiosos de todo o País e de fora. A capital mineira foi sede, nos dias 17 e 18 de março, do **I Fórum Internacional sobre Segurança do Paciente: Erros de Medicação**, evento coordenado por duas autoridades brasileiras no assunto - o farmacêutico Mário Borges, de Minas, e Sílvia Cassiani, enfermeira, Coordenadora da Faculdade de Enfermagem da USP (Universidade de São Paulo, campus de Ribeirão Preto - SP). O Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos, participou do Fórum e

manifestou a preocupação do órgão com este que é um dos graves problemas da saúde.

O Fórum contou com a participação duma excelência internacional em erros de medicação, o farmacêutico norte-americano Michael Cohen, que veio ao Brasil exclusivamente para proferir palestras no evento, que atraiu cerca de 400 participantes de todo o País.

Fundador e Presidente do ISMP (*Institute for Safe Medication Practices*), uma ONG voltada à pesquisa sobre o uso seguro do medicamento e sediada, na Filadélfia (EUA), Cohen alertou o auditório, na capital mineira, formada de médicos, farmacêuticos e enfermeiros, para o fato de que os

erros de medicação estão trazendo gravíssimos transtornos à sociedade e gerando prejuízos aos sistemas público e privado de saúde.

Segundo Cohen, que é professor-adjunto associado da *Temple University School of Pharmacy*, na Filadélfia, e autor do livro *Medication Error* (1999), alguns dos motivos que levam aos erros são o sistema onde eles se desenvolveram, a formação profissional dos envolvidos com a saúde (médico, farmacêutico e enfermeiros) e a falta de conhecimento do paciente sobre o uso racional de medicamentos.

CFF – Jaldo de Souza Santos, Presidente do Conselho Federal de Farmácia, informou que o órgão tem se envolvido com as questões relacionadas ao combate aos erros de medicação. Citou os cursos que o CFF vem promovendo, com vistas a qualificar os farmacêuticos que lidam na assistência farmacêutica. Citou, ainda, a série de reportagens publicadas na revista PHARMACIA BRASILEIRA (as matérias continuarão a ser veiculadas na próxima edição) como outro exemplo da participação do CFF nos debates que buscam uma solução para o problema.

O Presidente do CFF disse que os erros de medicação são um desafio para as autoridades sanitárias e para os profissionais da saúde e precisam ser encarados de frente. "Não se pode fingir que eles não existem, pois os resultados negativos estão, aí, para nos lembrar, sempre, do tamanho de sua gravidade", disse o Presidente a esta revista.

Dificuldade de identificar o erro – Um dos palestrantes do Fórum e seu realizador, o farmacêutico e professor Mário Borges lembrou que a maioria dos profissionais envolvidos com o problema (médicos, farmacêuticos e enfermeiros) não sabe sequer identificar um erro de medicação.

"Muitos só se dão conta de que houve o erro, quando ele é grave e,

muitas vezes, resulta em óbito”, advertiu Mário Borges. Os erros menores praticamente passam despercebidos e, em consequência disso, não são registrados e muito menos avaliados e estudados. Segundo ele, não estudar o erro é não buscar compre-

endê-lo. Sem a compreensão do fenômeno, não se pode adotar medidas para combatê-lo.

Mário Borges disse que a primeira providência que médicos, farmacêuticos e enfermeiros devem adotar, diante da ocorrência de um erro,

é identificar a sua gravidade para, ato contínuo, tratá-lo. E mais: “É rigorosamente necessário dizer a verdade ao paciente, ou seja, que ele sofreu um erro”, complementa o farmacêutico. Segundo ele, o paciente é parte da engrenagem que leva ao erro.

ENTREVISTA / DIRCEU RAPOSO DE MELLO



Presidente da Anvisa, farmacêutico Dirceu Raposo de Mello

ERROS DE MEDICAÇÃO: O QUE DIZ O GOVERNO?

Pelo Jornalista Aloísio Brandão,
Editor desta revista

A PHARMACIA BRASILEIRA, em mais esta edição (a terceira consecutiva) tratando do fenômeno dos erros de medicação, foi saber o que o Governo brasileiro pretende fazer para enfrentar o problema. Alguma política pública está sendo desenvolvida pelo Ministério da Saúde, com esse objetivo? O nosso entrevistado é o Diretor-presidente da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Dirceu Raposo de Mello. Paulistano, farmacêutico formado, em 1978, pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP (Universidade de São Paulo), Dirceu, na década de 70, atuou no movimento estudantil e, nos anos 80, participou de um importante movimento sanitário, onde trabalhou junto a comunidades socialmente excluídas. Dirigiu o Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico do Complexo Hospitalar do Mandaqui, em São Paulo, e atuou como professor universitário, de 1990 a 2003. No ano seguinte, ingressou no Conselho Regional de Farmácia de São Paulo (CRF-SP), como conselheiro. Foi Presidente do órgão, exercendo três mandatos. Foi, também, Conselheiro Federal de Farmácia. Nesta entrevista, Dirceu Raposo diz que o uso racional de medicamentos é um dos focos mais importantes da Anvisa e tem repercussões no combate aos erros de medicação. **Veja a entrevista.**

PHARMACIA BRASILEIRA – Que ações o Governo brasileiro está desenvolvendo e que outras pretende desenvolver, com vistas a aumentar a segurança do paciente e resolver – ou diminuir – o gravíssimo problema dos erros de medicação?

Dirceu Raposo de Mello - Atualmente, um dos focos mais importantes do trabalho da Anvisa é a questão do uso racional de medicamentos. O mais recente avanço foi a criação do núcleo de Uso Racional de Medicamentos. Tam-

bém, estamos trabalhando junto às entidades que representam os prescritores e os dispensadores de medicamentos, para que haja uma reflexão sobre o uso dessas substâncias. Já fechamos duas parcerias importantes com a Federação Nacional dos Farmacêuticos e com a Federação Nacional dos Médicos.

Essas parcerias já resultaram em seminários, em que o uso dos medicamentos foi discutido. Outra iniciativa muito positiva é a criação das Farmácias Notificadoras, um ponto fundamen-

tal, pois as farmácias estão no dia a dia da população. O fracionamento também vai gerar resultados muito bons, pois vai acabar com um problema sério, no Brasil, que são as farmácias caseiras. Vale a pena citar ainda que estamos aperfeiçoando as normas para a monitoração da propaganda. Esse é um trabalho importante, pois a propaganda é um dos fatores que influenciam na prescrição de medicamentos.

PHARMACIA BRASILEIRA – A Anvisa tem alguma política voltada para a

prevenção de erros de medicação?

Dirceu Raposo de Melo - Todos esses pontos citados estão dando forma à nossa política para o uso racional de medicamentos. O mais importante é que estamos agindo em várias frentes, trabalhando com os profissionais, a população e o setor produtivo.

PHARMACIA BRASILEIRA – O Programa Hospitais Sentinela, implantado pela Anvisa, já está surtindo algum efeito positivo dentro do seu objetivo, que é notificar, ajudar a prevenir e combater eventos adversos que ocorrem com equipamentos, material médico-hospitalar e hemoderivados? Há, já, algum resultado concreto do Programa?

Dirceu Raposo de Melo - O projeto Hospitais Sentinela abriu um canal direto e inédito de diálogo entre a Anvisa e um grupo estratégico de hospitais. A idéia dessa iniciativa foi de aproximar a Anvisa dos problemas do dia-a-dia dos hospitais, que impactam em custos elevados, prejuízo da assistência e aumento do risco em procedimentos de saúde. A rede de hospitais sentinela tem colaborado com a Anvisa, notificando eventos adversos e queixas técnicas. Já são 6.000 notificações reunidas em nosso banco de dados. Essas informações remetidas pelos hospitais também são fundamentais para o trabalho de renovação de registros de produtos e na elaboração ou revisão da legislação sanitária.

PHARMACIA BRASILEIRA – Como vai o Programa Farmácias Notificadoras? Qual o alcance de sua contribuição para aumentar a segurança do usuário de medicamentos?

Dirceu Raposo de Melo - O projeto Farmácias Notificadoras já está presente em cinco Estados, com 622 estabelecimentos credenciados. É um número bastante animador. Afinal, o projeto reflete um desejo do setor varejista de resgatar a vocação original do estabelecimento farmacêutico. O usuário está acostumado a ver a farmácia e a

“O projeto Hospitais Sentinela abriu um canal direto e inédito de diálogo entre a Anvisa e um grupo estratégico de hospitais. A idéia foi aproximar a Anvisa dos problemas do dia-a-dia dos hospitais, que impactam em custos elevados, prejuízo da assistência e aumento do risco em procedimentos de saúde”.

drogaria apenas como o local onde ele retira o seu medicamento, mas com o projeto as pessoas estão começando a perceber que esses locais têm uma importância para que ele receba a orientação adequada sobre o medicamento e para que ele possa relatar problemas quando isso acontecer.

PHARMACIA BRASILEIRA – Uma grande conquista da saúde brasileira: o País passou a fazer parte da rede mundial de farmacovigilância. Quais são os problemas mais críticos relatados e registrados pela Unidade de Farmacovigilância brasileira? Quais os mais recorrentes? Como combatê-los?

Dirceu Raposo de Melo - Os números do últimos sete anos mostram que as reações adversas são responsáveis por cerca de 55% dos registros. O restante são desvios de qualidade, sendo que, nos dois casos, os antibacterianos representam o maior número de casos. O caminho para reduzir esses números passa pelo incremento do acompanhamento pós-registro, abertura dos canais para que os profissionais notifiquem os desvios e a promoção do uso racional. Podemos dizer que todas essas medidas estão em fase avançada de implementação. Basta olhar os números das farmácias notificadoras, por exemplo.

PHARMACIA BRASILEIRA – Não existe, no Brasil, recomendações específicas sobre as diversas atividades ligadas à utilização de medicamentos (a prescrição, a dispensação e administração). Esta não é uma lacuna que precisa ser preenchida com a maior urgência pelo poder público?

Dirceu Raposo de Melo - A prescrição tem suas recomendações específicas. O que é preciso é estar mais atento e vigilante ao seu cumprimento. Em relação à dispensação, estamos tra-

balhando dentro da idéia do uso racional de medicamentos, pois a orientação recebida pelo usuário, no momento que ele retira o seu medicamento, é fundamental para sua saúde. Com certeza esse é um campo em que pretendemos avançar bastante.

PHARMACIA BRASILEIRA – Após várias entrevistas e investigações sobre erros de medicação, publicadas na revista PHARMACIA BRASILEIRA, do Conselho Federal de Farmácia, pudemos perceber que os especialistas no assunto sentem que estão distantes do poder público com o que e para o qual gostariam de colaborar, elaborando recomendações, protocolos e políticas focados na segurança do paciente usuário de medicamento e que se destinariam às unidades de saúde, para que elas possam segui-los como um guia, um norte. A Anvisa poderia fazer algo para estreitar os laços com esses pesquisadores que vêm se debruçando a estudar os erros de medicação e a propor soluções para o problema?

Dirceu Raposo de Melo - A relação com o setor científico está acontecendo. A Anvisa tem estado presente em todos os eventos onde esses temas estão sendo discutidos. Um exemplo recente foi o Fórum Internacional sobre Segurança dos Pacientes e Erros de Medicação. É o tipo de espaço onde a troca de conhecimento é muito intensa e importante para o setor público. É importante ressaltar, também, que todas as normas editadas pela Anvisa vêm sendo submetidas a consulta pública. Essa

é uma prática que permite a todos os setores interessados participar da construção das regras sanitárias brasileiras.

PHARMACIA BRASILEIRA – O Conselho Federal de Farmácia criou o programa **O Exercício Profissional Diante dos Desafios**

das Farmácias Comunitárias. Ele foi implantado, sob a forma de piloto, no Distrito Federal, e, agora, começa a ser executado, em várias capitais do País. O que o senhor sabe desse programa? A Anvisa pode ser parceira do CFF nes-

“Os números do últimos sete anos mostram que as reações adversas são responsáveis por cerca de 55% dos registros (NR.: na unidade brasileira de Farmacovigilância)”.

se programa para qualificar o farmacêutico que atua na farmácia comunitária?

Dirceu Raposo de Melo - A Anvisa tem feito parcerias com uma série de instituições, como o Instituto de Defesa do Consumidor e a Pastoral da Criança, por exemplo. Para nós, é importante aumentar e diversificar esse leque. Em todos os casos, o objetivo é sempre o de zelar pela qualidade dos serviços e produtos oferecidos à população. Esse projeto do CFF pode ser mais um passo importante nesse sentido. Afinal,

“Estamos trabalhando dentro da idéia do uso racional de medicamentos, pois a orientação recebida pelo usuário, no momento em que ele retira o seu medicamento, é fundamental para sua saúde”

cada instituição com a qual nos relacionamos tem sempre um valor muito importante. Estar próximo desses parceiros traz a possibilidade de conseguir resultados mais duradouros e seguros.

PHARMACIA BRASILEIRA – Por que a política de fracionamento não deslanchou, ainda? O fracionamento, além do barateamento do tratamento, está associado ao uso racional de medicamentos que, por sua vez, é um poderoso mecanismo de diminuição de erros de medicação, entendendo que o usuário de medicamento é parte desse processo.

Dirceu Raposo de Melo - O fracionamento de medicamentos é um ótimo exemplo da capacidade de resposta que a Agência conseguiu acumular, nos últimos anos. Se compararmos com o tempo necessário para o registro dos primeiros medicamentos genéricos, veremos que o registro dos medicamentos fracionados foi rápido.

Entre o Decreto que autorizou o fracionamento e o primeiro registro para produto fracionável, levamos oito meses, enquanto, no caso dos genéricos, foram necessários 12 meses. Naturalmente, este é um processo que depende da adaptação de outros atores, como os laboratórios e as farmácias. Hoje, 77 medicamentos já receberam registro da Anvisa e podem chegar às farmácias. Temos certeza de que essa política foi uma decisão acertada e que trará enormes benefícios para a saúde da população brasileira.

Sinais de mudança

Uma série de eventos (congressos, fóruns e outros) focados nos erros de medicação, realizados nos quatro últimos meses, sinaliza para o fato de que os brasileiros estão buscando alternativas para o enfrentamento do problema. A notícia é alvissareira.

Quando a revista PHARMACIA BRASILEIRA iniciou a série de entrevistas sobre erros de medicação, com o irrestrito apoio da diretoria do Conselho Federal de Farmácia (CFF), sabemos que o material traria alguma consequência, mas não esperávamos que fosse repercutir tão enormemente. Manifestações de toda natureza chegaram à redação da revista.

Muitas delas foram de elogios pela iniciativa pioneira de escrevermos sobre um assunto que, embora esteja presente no dia-a-dia dos hospitais, praticamente, ainda não havia se tornado pauta em outras publicações jornalísticas, e de incentivo para continuarmos na mesma rota. Elogios, ainda, à profundidade e à seriedade com que o tema foi tratado.

Mas críticas, também, condenaram as matérias. Elas foram dirigidas a um mesmo ponto: por que a revista deu espaço a entrevista com profissionais de outras áreas? A resposta é muito fácil. Medicação é um ato multidisciplinar, que envolve o prescritor (o médico), o dispensador (o farmacêutico) e o administrador (o enfermeiro) do medicamento. Como, então, abordar o problema, sem saber das dificuldades, dos problemas e das propostas dos parceiros dos farmacêuticos?

Por outro lado, muitos farmacêuticos dedicados a pesquisar o fenômeno

dos erros de medicação escreveram à PHARMACIA BRASILEIRA, manifestando o seu desejo de, também, colaborar com o debate iniciado pela revista. Esse fato nos levou a entender a série de entrevistas por mais uma edição. Ou seja, iremos concluí-las somente no número 52.

Há outro aspecto relevante, paralelo às publicações, mas relacionados a elas, que merece ser citado: o surpreendente número de eventos (congressos, fóruns e debates) realizados, no Brasil, nos últimos quatro meses, tratando do assunto.

A notícia é auspiciosa. Quando iniciamos a série de matérias, em agosto/setembro de 2005, a revista teria do que se lamentar, vez que não havia eventos do gênero para noticiar. Esses debates que estão se disseminando pelo País enriquecem

o pensamento sobre o assunto e a busca de políticas pública e privada para o enfrentamento do problema. Soma-se a esse crescimento reflexivo outro momento positivo: o aprofundamento da política da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) voltado para o uso racional de medicamentos.

Ganham, com isso, os profissionais da saúde envolvidos com a medicação. Principalmente, ganha a sociedade, atormentada com a enormidade da questão. Alguma coisa começa a mudar nesse cenário. O Conselho Federal de Farmácia, através da revista PHARMACIA BRASILEIRA, sente-se recompensado, por fazer a sua parte.

